



WORKSHOP SOBRE DESCOMISSIONAMENTO E RECICLAGEM SUSTENTÁVEL DE ATIVOS OFFSHORE NO BRASIL

2026

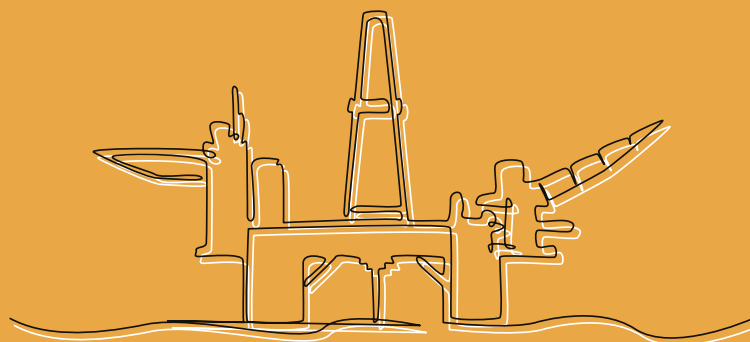
DOCUMENTO PROPOSITIVO PARA LEGISLADORES E REGULADORES

**Em nome da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP)
e da Comissão Aduaneira da OAB/RJ.**

**Descomissionamento e Reciclagem Sustentável de Ativos Offshore
com foco em Embarcações/Plataformas (FPSOs).**

**Data: 05 nov. 2025 • Âmbito: Brasil • Público-alvo: Congresso Nacional,
Executivo Federal, ANP, IBAMA, Marinha do Brasil, ANSN, RFB, TCU
e reguladores estaduais/municipais.**

**Este documento propositivo estritamente fundamentado nas
informações compartilhadas e debatidas no workshop
(sem extrapolações externas, sem dados de outros contextos
e sem inferências além do que foi efetivamente tratado nos painéis).**



Conteúdo

- Programação do workshop “Descomissionamento e reciclagem sustentável de ativos offshore no Brasil”
- Sumário Executivo
- Barreiras Identificadas
- Contexto e Oportunidade Estratégica
- Marcos Regulatórios, Segurança Jurídica e Convenções
- Processos Técnicos, Sustentabilidade e Gestão de Resíduos
- Aspectos críticos e perspectivas
- Considerações Finais

PROGRAMAÇÃO DO WORKSHOP

DATA: 05 de novembro de 2025 das 8h30 às 17H

LOCAL: Sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília

09H00 – 09H20 | ABERTURA (20 MIN)

- Marta Lahtermaher – Diretora ONIP
- Jeniffer Pires – Presidente da Comissão Aduaneira da OAB-RJ
- Fausto Vieira Coutinho - Assessor Técnico da SUANA RFB
- Luiz Bispo - Superintendente de Segurança Operacional na ANP

09H20 – 10H30 | VISÃO INSTITUCIONAL (1H10)

- Gerente Geral de Projetos de Descomissionamento Sr. Carlos Castilho – (Petrobras)
- Auditor AudPetróleo Felipe Barbosa Ougano (TCU)
- Coordenadora LAPOC Daniela Rey Silva (ANSN)
- Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental Itagyba Alvarenga (IBAMA)
- Contra-Almirante Marcos Alves (Marinha do Brasil)

10:30 – 12:15 | MESA 1:

DESCOMISSIONAMENTO E DESMANTELAMENTO (RECICLAGEM) DE ATIVOS OFFSHORE NO BRASIL (1H45)

TEMAS ABORDADOS

- Visão geral do descomissionamento de poços, sistemas submarinos e embarcações
- Oportunidades no Brasil e no mundo
- Conceitos de descomissionamento e reciclagem
- Inovação, economia circular e gestão de resíduos perigosos (NORM, mercúrio)

- Convenções de Basileia e Hong Kong
- Estudo de caso: FPSO Capixaba

PALESTRANTES

- Carolina de França (Petrobras)
- Newton Pereira (UFF)
- Oswaldo Netto (Modec)
- Marcelo Dourado (SBM OFFSHORE)
- Thiago Duarte (Shell)
- Daniela Rey Silva (ANSN)

MODERAÇÃO: REBECA DE SOUZA (PETROBRAS)

12:15 – 13:45 | ALMOÇO

13:45 – 15:00 | MESA 2:

DESAFIOS ADUANEIROS DO DESCOMISSIONAMENTO E DESMANTELAMENTO NO BRASIL (1H15)

TEMAS ABORDADOS

- Regime Repetro e insegurança jurídica
- Tributação e ambiente regulatório para desmantelamento de embarcações
- Projetos de Lei relevantes (PL 1584/21, PL 3260/24, PL 3261/24)

PALESTRANTES

- Bruno Fonti (Petrobras)
- Diogo Pereira (SBM OFFSHORE/OAB-RJ)
- Ronaldo Feltrin (RFB)
- Fausto Vieira Coutinho (RFB)

MODERAÇÃO: JENNIFER PIRES (OAB-RJ)

15:00 – 15:30 | INTERVALO (30MIN)

15:30 – 17:00 | MESA 3:

O DESMANTELAMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL – OPORTUNIDADE E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (1H30)

TEMAS ABORDADOS

- Capacidade dos estaleiros e recicladoras
- Barreiras técnicas, regulatórias e econômicas
- Parcerias e inovações para competitividade internacional
- Normas internacionais de reciclagem de navios e plataformas

PALESTRANTES

- Vinícius Patel (Porto do Açu)
- André Luis Gardin (Gerdau)
- Rodrigo Silveira (ArcelorMittal)
- Luiz Feijó (ABS)
- Leo Delarole (Atlântico Sul)

MODERAÇÃO: KARINE FRAGOSO (FIRJAN)

17:00 – 17:30 | DEBATE GERAL E ENCERRAMENTO

Síntese, próximos passos e informações sobre o documento propositivo exclusivo



Sumário Executivo

O descomissionamento e a reciclagem de ativos offshore representam uma oportunidade estratégica para o Brasil. Além de etapa final do ciclo de E&P, configuram vetor de inovação, sustentabilidade e geração de empregos qualificados, contribuindo para a transição energética, para a economia circular e para a descarbonização da siderurgia.

O Brasil pode, e deve, se posicionar como polo de referência no Atlântico Sul, capturando valor que hoje é exportado por falta de segurança jurídica, incentivos e infraestrutura dedicada. Este documento consolida as discussões do Workshop realizado em Brasília, em 05/11/2025, e apresenta recomendações propositivas nas esferas regulatória, fiscal/aduaneira, ambiental, de infraestrutura e de governança.

A realização desse potencial exige coordenação entre políticas públicas, regulação, inovação e a capacidade técnica da cadeia produtiva. A mensagem final reforça a importância de trabalhar em três eixos: conformidade, segurança jurídica e os impactos nos processos de trabalho e marcos regulatórios.

Para viabilizar esse potencial, é essencial coordenar políticas públicas, regulação e inovação, garantindo marcos regulatórios claros, segurança jurídica e adequação dos processos às normas. Isso assegura confiança às empresas que desejam investir nas atividades relacionadas ao descomissionamento, especialmente na reciclagem de embarcações.

O setor dispõe de parque industrial robusto, siderurgia de classe mundial, portos, estaleiros e capital humano qualificado. No entanto, a ausência de um marco regulatório claro, segurança jurídica e modelos de negócio viáveis impede que o Brasil retenha valor, gere empregos e promova a economia circular, resultando na exportação de ativos valiosos para reciclagem no exterior.

A close-up, low-angle shot of an offshore oil rig's steel structure. The image shows a complex network of yellow-painted steel beams and support legs. Several thick, dark cables run along the top of the structure. The rig is situated over a dark blue ocean, with white foam from the waves visible at the base of the legs. The lighting is warm, suggesting a sunset or sunrise, which casts a golden glow over the entire scene. The text 'Barreiras Identificadas' is overlaid in the center in a white, serif font.

Barreiras *Identificadas*

Ao longo do workshop, os debates evidenciaram que o avanço do descomissionamento no Brasil exige uma abordagem integrada, capaz de articular dimensões regulatórias, econômicas, ambientais e operacionais. A consolidação dessa atividade como vetor de desenvolvimento industrial, ambientalmente responsável e alinhado às melhores práticas internacionais depende da superação de entraves estruturais que hoje limitam a previsibilidade, a segurança jurídica e a atratividade econômica dos projetos. Nesse contexto, foram identificadas barreiras que demandam atenção coordenada do poder público, do setor produtivo e das instituições reguladoras, conforme detalhado a seguir.

- **Regulatórias:** Falta de marco legal específico para reciclagem de embarcações e plataformas; insegurança jurídica no enquadramento do descomissionamento no Repetro; ausência de normas claras para importação de ativos destinados à reciclagem; e necessidade de participação ativa dos órgãos de Estado (Receita Federal, ANP, IBAMA, Marinha) e dos legisladores na definição e harmonização das regras.
- **Econômicas:** O valor da sucata, isoladamente, não cobre os custos operacionais do desmantelamento; necessidade de modelos contratuais flexíveis e incentivos fiscais.
- **Ambientais e de Compliance:** Necessidade de garantir padrões elevados de segurança, sustentabilidade e rastreabilidade (IHM, SRFP), alinhados às Convenções de Hong Kong e de Basileia.
- **Operacionais:** Falta de previsibilidade e padronização de procedimentos; necessidade de integração entre portos, estaleiros, siderurgia e certificadoras.



Contexto e Oportunidade *Estratégica*

O descomissionamento de estruturas offshore representa um mercado global estimado em cerca de US\$ 100 bilhões, no qual o Brasil já se posiciona entre os cinco maiores polos de atividade. O país responde por uma parcela relevante desse mercado, com investimentos expressivos anunciados pelas concessionárias que operam no território nacional, notadamente a Petrobras. O envelhecimento do parque de plataformas fixas e flutuantes abre, assim, uma janela estratégica para o desenvolvimento de uma cadeia doméstica de descomissionamento e de reciclagem sustentável.

Nesse contexto, a reciclagem de embarcações, com destaque para plataformas do tipo FPSO, pode evitar a perda de até US\$ 20 milhões por unidade exportada, ao reter no país os custos e receitas associados às atividades de

descomissionamento, desmantelamento, logística, certificações, gestão ambiental e processamento da sucata. Essa internalização da cadeia de valor promove a geração de empregos qualificados, amplia a arrecadação tributária, fortalece a indústria siderúrgica e produz um impacto positivo direto na Balança de Serviços, além de contribuir para o desenvolvimento industrial e para a economia circular no Brasil. Estima-se que, até 2032, cerca de 15.000 embarcações sejam recicladas globalmente, o que corresponde a aproximadamente 25% da frota mercante atual. A capacidade instalada dos estaleiros europeus, contudo, é suficiente apenas para atender às suas próprias embarcações, abrindo espaço para que o Brasil se posicione como uma referência internacional em reciclagem de embarcações.


A nossa localização geográfica, próxima à costa africana, favorece a formação de um hub regional de reciclagem, ampliando ainda mais esse potencial. Com regras claras e processos harmonizados às convenções internacionais, o Brasil tem condições de transformar o fim de vida de ativos offshore e embarcações em um novo ciclo de oportunidades econômicas, industriais e ambientais. O aço, por ser 100% reciclável e passível de reutilização indefinida sem perda de propriedades, reforça o papel estratégico da reciclagem no âmbito da economia circular.

Além disso, a demanda por sucata metálica é significativa e ainda não é plenamente atendida, o que torna a reciclagem de embarcações uma oportunidade complementar crucial para a produção de aço de baixo carbono. No entanto, é inviável estruturar um mercado competitivo de reciclagem sem instrumentos adequados de incentivos fiscais e financeiros e sem previsibilidade normativa.

O Brasil reúne vantagens nacionais importantes, como um litoral extenso, portos e estaleiros, capital humano qualificado, uma academia dedicada ao tema e uma siderurgia de elevada capacidade e relevância estratégica. Diante desse cenário, impõe-se uma decisão estratégica fundamental: definir se a geração de emprego e renda associada ao descomissionamento e à reciclagem ocorrerá no território nacional ou será transferida para o exterior.

A large orange crane is positioned on a platform over the ocean, lifting a massive, rusted metal pipe. Several workers in safety gear are visible on the platform. The sky is a mix of orange and blue, suggesting a sunset or sunrise. The pipe is being hoisted by a cable with a red and black striped hook.

Marcos Regulatórios, Segurança Jurídica e *Convenções*

 desenvolvimento de um mercado fornecedor competitivo e estruturado para o descomissionamento no Brasil depende, de forma decisiva, da integração regulatória entre os diversos órgãos envolvidos. A atuação coordenada da ANP, do IBAMA, da Marinha do Brasil, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), da Receita Federal do Brasil (RFB) e das esferas estaduais e municipais é condição essencial para assegurar segurança jurídica, previsibilidade e eficiência operacional ao longo de todo o ciclo de vida dos ativos.

No âmbito da Receita Federal do Brasil, a conformidade regulatória deve ser compreendida como uma alavanca estratégica para o desenvolvimento do setor. Isso envolve o fortalecimento da clareza normativa, da transparência e da estabilidade operacional nas operações; a adaptação dos procedimentos ao novo modelo tributário baseado no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com tributação no destino; e o mapeamento integral dos fluxos aduaneiros associados ao descomissionamento. Nesse contexto, torna-se essencial a adoção de uma postura institucional de cooperação estratégica com o setor produtivo, orientada à conciliação entre o exercício do controle fiscal e a promoção da atividade econômica.

O Tribunal de Contas da União (TCU) desempenha papel relevante ao apontar fragilidades estruturais do arcabouço regulatório. Auditorias realizadas entre 2019 e 2021, consolidadas no Acórdão nº 1.740/2021, bem como levantamento posterior em 2023, identificaram problemas relacionados à coordenação institucional, à clareza normativa e a lacunas ambientais. Entre as prioridades destacadas está o aumento do fator de recuperação (entendido como a ampliação do volume de petróleo e gás efetivamente extraído dos campos já em operação ao longo de sua vida útil), medida que contribui para o melhor aproveitamento dos recursos naturais; para a postergação do descomissionamento e para a maximização do retorno econômico. Somam-se a isso a necessidade de aprovação do Plano de Descomissionamento de Instalações (PDI) conceitual pelos três reguladores – ANP, IBAMA e Marinha –, a definição de regras para o acostamento temporário de unidades e a adequada gestão de materiais inertes.

O IBAMA é responsável pelo licenciamento ambiental de maior complexidade, exercendo papel central na construção de um modelo consistente e integrado para o descomissionamento. Destaca-se a necessidade de elaboração de uma instrução normativa específica para o tema, bem como a análise caso a caso em consonância com as atribuições definidas na matriz de responsabilidades divulgada pela ANP. O Instituto também atua na gestão de riscos ambientais relevantes, como aqueles associados a espécies invasoras, a exemplo do coral-sol, e na integração das diretrizes da Convenção da Basileia, assegurando a conformidade na movimentação de plataformas descomissionadas.

Cabe ressaltar que, embora o IBAMA seja o órgão federal responsável pelos grandes licenciamentos, a maior parte das autorizações ambientais no país é de competência estadual, conforme a Lei Complementar nº 140/2011 e o Decreto nº 8.437/2015. Nesse cenário, os órgãos ambientais estaduais são os principais licenciadores de atividades essenciais ao descomissionamento, como bases logísticas e tratamento de resíduos, o que confere à ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente) um papel estratégico na harmonização de critérios, no fortalecimento das capacidades técnicas e na articulação com o IBAMA e a ANP, visando garantir segurança jurídica, celeridade e alinhamento regulatório.

A Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), criada por lei em 2021 e operacional desde 2025, atua como autoridade reguladora independente em proteção radiológica e segurança nuclear. No contexto do descomissionamento, a ANSN trata os materiais com ocorrência natural de radionuclídeos (NORM) como situações de “exposição existente”, adotando uma abordagem graduada e integrada aos fluxos regulatórios já estabelecidos, o que contribui para maior coerência e previsibilidade no tratamento desses passivos.

A Marinha do Brasil exerce atribuições relevantes no âmbito da segurança da navegação e da proteção ambiental marinha, sendo responsável por normas técnicas como a NORMAM 401, que trata de bioinvasão, limpeza de casco e gerenciamento de água de lastro. Atua ainda na internalização da Convenção de Hong Kong (HKC) e acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 1.584/2021.

Essa Convenção, juntamente com a da Basileia constituem referenciais internacionais fundamentais para a reciclagem segura de embarcações e para o controle dos movimentos transfronteiriços de resíduos.

O Projeto de Lei nº 1.584/2021 busca enquadrar a legislação brasileira às melhores práticas internacionais, estabelecendo parâmetros claros para a reciclagem de embarcações e coibindo práticas consideradas inadequadas sob os pontos de vista ambiental, social e de segurança, como o beaching (desmantelamento de navios no fim de sua vida útil, por meio de seu encalhe deliberado em uma praia). Em paralelo, a Resolução ANP nº 817/2021 representa um divisor de águas ao conferir maior previsibilidade e segurança jurídica ao descomissionamento durante todo o ciclo de vida dos ativos, exigindo a elaboração antecipada do PDI conceitual e estabelecendo a aprovação do PDI executivo, de forma conjunta pela ANP, pelo IBAMA e pela Marinha do Brasil.

Apesar de o TCU e a ANP reconhecerem formalmente o descomissionamento como parte integrante do ciclo de exploração e produção de petróleo e gás, ainda persiste a necessidade de pacificação no âmbito aduaneiro para que esse entendimento seja plenamente refletido nas operações realizadas sob o regime do Repetro. Nesse contexto regulatório complexo e multifacetado, torna-se basilar a defesa de uma política pública ativa, na qual a sociedade organizada e a indústria atuem como vetores de geração de benefícios socioeconômicos, promovendo desenvolvimento industrial, sustentabilidade ambiental e segurança jurídica para o país.

Processos Técnicos, Sustentabilidade e *Gestão de Resíduos*

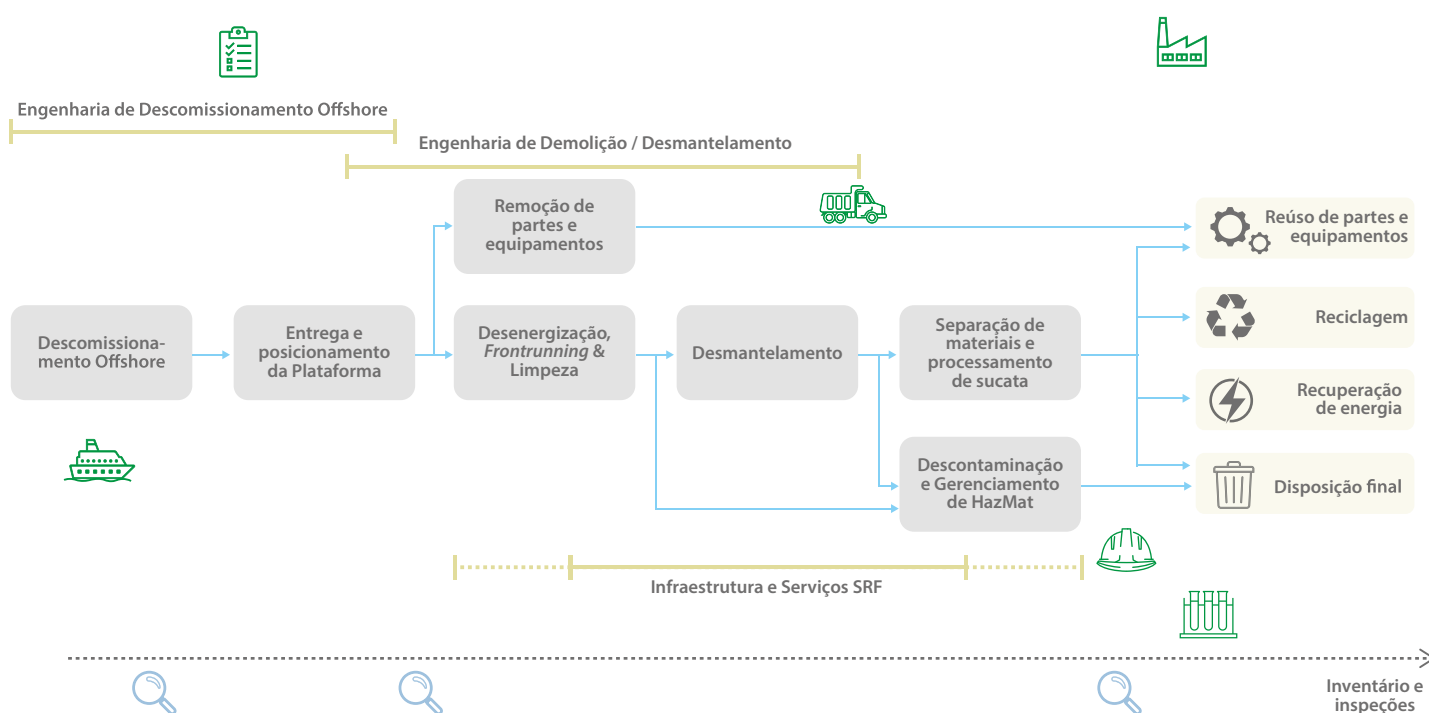
Conforme apresentado na Figura 1 a seguir, o descomissionamento envolve um conjunto de atividades técnicas que incluem o abandono de poços, o recolhimento de linhas, a desconexão de sistemas, a limpeza e a descontaminação de equipamentos, bem como a logística necessária para o encaminhamento dos materiais ao seu destino final.

De modo geral, as etapas de limpeza e descontaminação realizadas em ambiente onshore tendem a ser mais eficientes e seguras, desde que executadas em instalações devidamente licenciadas e com controle rigoroso de materiais perigosos. Um dos principais desafios diz respeito à gestão de resíduos que contêm material radioativo de ocorrência natural (NORM), para os quais ainda não existe, no país, uma solução doméstica proporcional ao risco envolvido, prevalecendo atualmente a exportação em função da inexistência de uma rota nacional para disposição final.

Nesse contexto, a priorização de projetos alinhados aos princípios da economia circular, como o coprocessamento em fornos de cimento e a reinserção de sucata metálica na cadeia siderúrgica, mostra-se essencial para a redução de impactos ambientais e o melhor aproveitamento de materiais.

Figura 1: Descomissionamento de plataformas flutuantes e serviços associados

Fonte: Petrobras



A large offshore oil rig is the central focus, situated on a barge in the middle of a choppy sea. The rig's tall, lattice-structured derrick reaches high into the sky. To the left, a smaller tugboat is visible, and to the right, another vessel is partially seen. The entire scene is bathed in a warm, golden light, suggesting either sunrise or sunset. The text 'Aspectos Críticos e Perspectivas' is overlaid on the left side of the image in a white, serif font.

Aspectos Críticos e *Perspectivas*

Aspectos Críticos

- A não ratificação da Convenção de Hong Kong, impede o reconhecimento formal de práticas sustentáveis de reciclagem naval e limita a conformidade internacional;
- A ausência de um posicionamento definitivo da Receita Federal quanto à inclusão do descomissionamento no ciclo de Exploração e Produção (E&P) compromete a segurança jurídica necessária à aplicação do regime Repetro. Essa indefinição tem gerado apreensão entre os agentes econômicos, dificultando a importação de equipamentos e a prorrogação de regimes para ativos em fase de descomissionamento. Ressalte-se que tanto a ANP quanto o TCU já reconhecem formalmente o descomissionamento como parte integrante do ciclo de E&P, reforçando a urgência de harmonização normativa;
- O regime Repetro, originalmente concebido para viabilizar as fases de exploração e produção, não contempla a etapa de reciclagem de grandes ativos, como plataformas flutuantes que atingiram o fim da vida útil. Essa ausência de normativa específica configura um dos principais entraves à reciclagem doméstica, pois impede a transição segura e juridicamente amparada dos ativos atualmente vinculados ao Repetro. Como consequência, o Brasil perde competitividade e deixa de capturar valor econômico, empregos e benefícios ambientais que poderiam ser gerados internamente;
- Há um vácuo normativo para o gerenciamento de resíduos radioativos de ocorrência natural (NORM), exigindo a edição de regras proporcionais e seguras que viabilizem seu tratamento onshore em instalações licenciadas, garantindo conformidade ambiental e operacional;
- A infraestrutura nacional ainda é insuficiente para atender às exigências do descomissionamento e reciclagem de grandes ativos, agrava-

da pela ausência de Ship Recycling Facilities (SRF) certificadas segundo padrões internacionais. Essa lacuna compromete a conformidade com convenções como Hong Kong, limita a competitividade do Brasil e impede a captura de valor econômico e ambiental que poderia ser gerado internamente;

- A fragmentação institucional é um dos maiores obstáculos à previsibilidade regulatória: diversos órgãos podem intervir nos processos e licenciamento e aprovação, gerando complexidade excessiva, sobreposição de competências e insegurança jurídica. Essa dispersão compromete a eficiência, eleva custos e afasta investimentos, tornando urgente a criação de mecanismos de coordenação entre instituições e simplificação normativa para garantir celeridade, transparência e competitividade ao Brasil.

Perspectivas

- Desenvolvimento da cadeia industrial nacional de reciclagem de embarcações, com capacidade de gerar empregos qualificados e reter valor econômico no país, evitando a exportação de oportunidades.
- Adequação do marco regulatório brasileiro aos padrões internacionais, atraindo investimentos e posicionando o Brasil como referência estratégica no Atlântico Sul.
- Redução de emissões e custos logísticos por meio da reciclagem doméstica, com mensuração transparente dos ganhos de CO₂ por projeto, reforçando compromissos ambientais.
- Integração da reciclagem à indústria siderúrgica, ampliando a oferta de sucata e contribuindo para a redução da intensidade de carbono na produção de aço.

Recomendações Estratégicas

1. Priorizar a aprovação do PL 1.584/2021 contemplando a Emenda 1/2025 CCJC

O projeto de lei busca regulamentar a reciclagem de embarcações e instalações offshore, em conformidade com a agenda de sustentabilidade, incorporando os princípios da Convenção de Hong Kong (HKC) e estabelecendo normas nacionais para a reciclagem segura de embarcações;

O PL 1584/2021 foi elaborado justamente para permitir que o Brasil internalize os princípios e requisitos da Hong Kong International Convention for the safe and Environmentally Sound Recycling of Ships (HKC);

O projeto de lei prevê a proibição da prática de beaching (desmanche de navios diretamente na praia), exigindo que instalações de reciclagem atendam padrões internacionais de segurança ambiental e trabalhista, como os definidos pela HKC;

Estabelece requisitos para Ship Recycling Facilities (SRF), como inventário de materiais perigosos (IHM), gestão adequada de resíduos, rastreabilidade e auditorias; aspectos centrais da Convenção de Hong Kong;

O texto do PL também prevê a harmonização com a Convenção de Basileia, que trata do controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos, reforçando o compromisso internacional do Brasil.

Por que é importante?

A aprovação do PL 1584/2021 é um passo necessário para que o Brasil possa ratificar formalmente a Convenção de Hong Kong e ser reconhecido internacionalmente como destino seguro e sustentável para reciclagem de embarcações.

Contudo, o Artigo 18 do Projeto de Lei 1584/21, na redação do substitutivo aprovado pela CVT não resolve o principal entrave econômico: a carga tributária sobre embarcações estrangeiras destinadas à reciclagem. Ele apenas remete à regulamentação futura, gerando insegurança jurídica, afastando investimentos e não tratando a questão de forma urgente e estratégica.

Na ausência de um regime tributário especial, a internalização de embarcações estrangeiras para reciclagem sustentável seria tratada como importação convencional, sujeita à incidência de:

- Imposto de Importação (II)
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- ICMS
- PIS/COFINS

Na prática, a tributação desestimula a reciclagem no Brasil, pois eleva custos e burocracia, tornando inviável competir com países que oferecem regimes especiais, como a Turquia e a Dinamarca.

Riscos e Fragilidades - Artigo 18 do PL 1584/21 (conforme redação do substitutivo aprovado na CVT)

- Vazio regulatório, uma vez que não define procedimentos práticos.
- Dependência de lei futura: condiciona a efetividade a uma norma posterior, gera insegurança jurídica e perda de tempo, um recurso que o Brasil não pode desperdiçar diante da urgência do tema. Atecnia legislativa, ao sugerir a criação de outra lei dentro do próprio texto, o que contraria boas práticas normativas.

Por que a Emenda 1/2025 CCJC é essencial?

A Emenda institui diretamente o regime especial de tributação no próprio PL, garantindo:

Regime especial de tributação para aquisição de embarcações e serviços destinados às atividades de descomissionamento, desmantelamento, descarte ou reciclagem, realizados em estaleiros nacionais autorizados.

§1º: suspensão total dos tributos incidentes nas operações, regulamentada por ato infralegal.

§2º: embarcações de propriedade estrangeira ingressarão no país igualmente desoneradas.

Tabela Comparativa: Artigo 18 SBT-A 1 CVT vs Emenda 1/2025 CCJC Proposta

Aspecto	ARTIGO 18 ORIGINAL	EMENDA CAROLINE DE TONI
Criação do Regime Tributário	Não cria regime; remete a futura lei específica	Institui imediatamente o regime especial no próprio PL
Abrangência	Não define abrangência clara; depende de regulamentação futura	Inclui embarcações nacionais e estrangeiras, garantindo desoneração total
Tributos	Mantém incidência de II, IPI, ICMS, PIS/COFINS até lei futura	Suspensão total dos tributos nas operações de aquisição e serviços relacionados
Segurança Jurídica	Baixa: depende de lei futura e regulamentação	Alta: texto já define regras e delega regulamentação infralegal.
Competitividade Internacional	Comprometida: Brasil continua com custo elevado e burocracia	Elevada: atrai embarcações estrangeiras e investimentos
Impacto Econômico	Limitado: não gera estímulo imediato ao setor.	Forte: potencial para bilhões em investimentos e geração de empregos
Alinhamento com Economia Circular	Parcial: menciona reciclagem, mas sem incentivo econômico.	Total: incentiva descomissionamento sustentável e reciclagem com estímulo fiscal.

Fatores Importantes do PL 1.584/2021

- Conformidade internacional: observância à Convenção de Hong Kong, reforçando os compromissos ambientais e as práticas sustentáveis do Brasil.
- Responsabilidade ambiental: estabelece diretrizes para gestão segura de resíduos perigosos e materiais recicláveis, evitando impactos ambientais.
- Licenciamento e fiscalização: define regras para estaleiros autorizados, garantindo padrões técnicos e ambientais.
- Segurança do trabalho: prevê normas para proteção dos trabalhadores envolvidos no desmonte e reciclagem.
- Integração com políticas ESG: Contribui para metas de descarbonização e economia circular no setor de óleo e gás.
- Fomento à indústria nacional: incentiva a criação de polos de reciclagem, fortalecendo a cadeia produtiva e a competitividade brasileira.

Recomendação Estratégica

- Suspensão total da carga tributária sobre aquisição de embarcações e serviços para descomissionamento, desmantelamento, descarte ou reciclagem, tendo como resultado a competitividade imediata, tornando o Brasil atrativo frente a países líderes no setor.
- Eliminação das incertezas regulatórias.

A criação de um ambiente regulatório seguro e previsível para a reciclagem de embarcações no Brasil tende a atrair embarcações estrangeiras para realização dessas atividades no país, o que, por sua vez, gera empregos qualificados e di-

namiza cadeias produtivas associadas, como logística, engenharia, metalurgia e tratamento de resíduos. Como consequência, esse movimento estimula práticas de economia circular e contribui para o aumento da arrecadação indireta, ampliando os efeitos econômicos e ambientais positivos da atividade.

A renúncia fiscal deve ser considerada um instrumento estratégico de política econômica, uma vez que ao reduzir a carga tributária em setores-chave, estimula investimentos que geram atividade econômica adicional, como:

- Expansão industrial e tecnológica
- Geração de empregos diretos e indiretos
- Movimentação na cadeia de fornecedores e serviços

Esse movimento cria retorno tributário indireto por meio de:

- Impostos sobre folha de pagamento (INSS, FGTS)
- Tributos sobre consumo e serviços (ISS, ICMS)
- Aumento da arrecadação em setores correlatos

2. Ratificar e implementar os requisitos da Convenção de Hong Kong (HKC)

Ratificar e implementar os requisitos da Convenção de Hong Kong (HKC) é essencial para garantir padrões internacionais de segurança e sustentabilidade na reciclagem de navios e plataformas. Esta medida posiciona o Brasil como referência global e abre oportunidades estratégicas no mercado internacional de reciclagem.

Para ratificar a HKC, o Brasil precisa de um arcabouço legal compatível com seus requisitos, especialmente em segurança ambiental, trabalhista e estrutura das instalações de reciclagem. O PL 1.584/21 foi elaborado para criar esse marco regulatório, estabelecendo regras

para Ship Recycling Facilities, inventário de materiais perigosos (IHM), proibição do beaching, gestão de resíduos e auditorias, entre outros pontos exigidos pela HKC.

Sem uma lei nacional alinhada aos padrões internacionais, o Brasil não pode garantir à IMO que está apto a cumprir e fiscalizar os compromissos da convenção. A ausência de legislação específica impede que o país seja reconhecido como destino seguro e sustentável para reciclagem de embarcações.

Benefícios Estratégicos da Ratificação:

- Credibilidade global: demonstra compromisso com padrões internacionais de segurança e sustentabilidade.
- Facilitação do comércio: reduz barreiras para operações em mercados que exigem conformidade com HKC.
- Evita sanções: minimiza riscos de restrições em portos estrangeiros.

Harmonização Regulatória:

- Segurança jurídica: adequa as normas nacionais aos padrões da IMO, evitando conflitos regulatórios.
- Padronização de processos: regras claras para inventário de materiais perigosos, planos de reciclagem e certificações.
- Integração com políticas ambientais: conexão com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e economia circular.

Impactos Econômicos e Ambientais

- Competitividade: estaleiros brasileiros aptos a contratos internacionais.
- Redução de passivos ambientais: processos seguros evitam contaminação e acidentes.
- Geração de empregos qualificados: implementação de padrões internacionais exige mão de obra especializada.

O Brasil é líder em operações offshore e terá grande volume de plataformas para reciclar nos próximos anos. A ratificação garante que essas operações ocorram sob padrões reconhecidos mundialmente, atraindo investimentos e tecnologia.

A ratificação da Convenção de Hong Kong e a harmonização regulatória são passos essenciais para consolidar o Brasil como referência internacional em reciclagem segura e sustentável de embarcações.

3. Enquadramento definitivo do descomissionamento no Regime Repetro

Consolidar, por meio de ato normativo da Receita Federal, o enquadramento do descomissionamento – enquanto etapa integrante do ciclo de Exploração e Produção (E&P) para fins de Repetro –, permitindo a conclusão da fase de E&P em uma transição controlada para a reciclagem onshore, com segurança jurídica e sem riscos ou incertezas.

Harmonização Regulatória

Harmonizar o Repetro com a fase de descomissionamento por solução de consulta ou alteração de Instrução Normativa, em consonância com as definições pacificadas pela ANP e TCU.

Benefícios Estratégicos

- Segurança jurídica para operadoras e fornecedores.
- Prevenção de passivos tributários e litígios.

4. Regime Tributário Especial para Importação de Embarcação Estrangeira Destinada à Reciclagem no Brasil

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.584/2021, nos termos da Emenda nº 1/2025 da CCJC, ou de outro diploma legislativo com objeto equivalente, como o PL nº 4.631/2023, recomenda-se avançar no estabelecimento, em âmbito infralegal, de um regime tributário específico para a importação e o processamento de embarcações destinadas à reciclagem. Esse regime deve prever a suspensão ou isenção condicionada de tributos, associada à adoção de controles ambientais rigorosos, de modo a assegurar a conformidade com padrões internacionais e a segurança operacional das atividades.

5. Propor a publicação da resolução da ANSN para NORM, contendo os seguintes elementos estruturantes:

Abordagem Graduada de Risco

- Classificação dos rejeitos NORM com base em níveis de atividade, tipo de radionuclídeo e meia-vida;
- Definição de limites de dispensa e critérios para isenção regulatória;
- Avaliação de risco ocupacional e ambiental como base para exigências técnicas.

Critérios Técnicos Claros


- **Descontaminação:** parâmetros para caracterização e limpeza de equipamentos e superfícies contaminadas;
- **Armazenamento Temporário:** requisitos para acondicionamento seguro em terra, com rastreabilidade e controle de exposição;
- **Destinação Final:** diretrizes para transporte, deposição e licenciamento de instalações receptoras, com base em normas internacionais e nacionais.

6. Integrar e harmonizar a atuação dos órgãos ambientais, com destaque para articulação e comunicação entre IBAMA E ABEMA

Promover a harmonização da atuação dos órgãos ambientais, com ênfase na articulação entre o IBAMA e os órgãos ambientais estaduais, por intermédio da ABEMA e demais instâncias reguladoras, de forma a capacitar os estados para o licenciamento de instalações e serviços associados ao descomissionamento, assegurando padronização de procedimentos, capacitação técnica e interoperabilidade dos sistemas. Determinar, adicionalmente, a implementação de um programa nacional de certificação de *Ship Recycling Facilities* em estados com vocação portuária e presença de estaleiros, com apoio técnico federal, de modo a garantir elevados padrões de segurança, sustentabilidade e conformidade regulatória. A participação institucional da ABEMA no debate sobre o descomissionamento deverá ser assegurada como elemento estratégico para o êxito da política.

A dramatic photograph of an offshore oil rig at sunset. The sun is positioned directly behind the rig's platform, creating a bright starburst effect and a long, shimmering reflection on the dark, choppy water. The sky is filled with large, dark clouds, some of which are illuminated from below by the setting sun, giving them a fiery orange and red glow. The rig itself is a complex of dark metal structures, including a tall derrick and a large crane arm extending to the right. The overall mood is one of industrial scale against the power of nature.

Considerações *Finais*

 presente Documento Propositivo, elaborado em nome da ONIP e da Comissão Aduaneira da OAB-RJ, consolida as conclusões do Workshop realizado em Brasília, em 05/11/2025, e apresenta uma rota prática para transformar em vetor de desenvolvimento sustentável o fim de vida de plataformas e embarcações. Com marco regulatório claro, incentivos adequados e coordenação entre instituições, o Brasil pode se consolidar como referência internacional no tema.

O sucesso dessa agenda depende de ação coordenada e compromisso com padrões elevados de segurança, sustentabilidade e geração de valor para o país.

O workshop evidenciou que o Brasil reúne condições técnicas, industriais e logísticas para estruturar uma base nacional de descomissionamento e reciclagem sustentável, apoiada em portos preparados, estaleiros com capacidade instalada e uma siderurgia de classe mundial. Essa base oferece ao país a oportunidade de se consolidar como polo global de reciclagem de embarcações e plataformas offshore, aproveitando sua demanda interna por aço de baixo carbono e atraindo projetos de descomissionamento de outros países do Atlântico Sul e da África, ampliando, assim, os impactos econômicos e ambientais positivos.

Caso o Brasil não avance de forma célere na instituição de um marco regulatório adequado e de mecanismos de incentivo, países como a Dinamarca e outros hubs europeus tenderão a capturar a demanda global por reciclagem sustentável, inclusive de plataformas flutuantes atualmente em operação no Brasil, consolidando-se como referências internacionais e relegando o país à condição de mero exportador de matéria-prima.

Competitividade e economia circular: a exportação de plataformas para reciclagem no exterior implica o fortalecimento de concorrentes internacionais, que passam a utilizar a sucata brasileira como insumo para a obtenção de certificações de baixo carbono e para o atendimento à demanda europeia por reciclagem sustentável. A retenção dessa sucata no país, por sua vez, contribui para o fortalecimento da indústria nacional, a geração de empregos e de arrecadação tributária, além de promover a economia circular, considerando que o aço é um material 100% e indefinidamente reciclável.

